

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 5

 **Atena**
Editora

Ano 2020

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 5

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 5 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-54-6

DOI 10.22533/at.ed.546201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” compila pesquisas em torno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Eliana Citolim Rech Franciele Silva de Oliveira Marcos da Silva Portella Murilo Miguel Schmitz Maria Cristina Chimelo Paim	
DOI 10.22533/at.ed.5462019031	
CAPÍTULO 2	7
A IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO ENTRE PAIS, FILHOS E ESCOLA PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Bianca Andrade de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.5462019032	
CAPÍTULO 3	13
A PARTICIPAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS DE ALUNOS DE UMA TURMA DE PROJETO COMO ELEMENTO MOTIVADOR NA APRENDIZAGEM	
Marcilene Lopes Leal Sameiro Márcia Lopes Leal Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.5462019033	
CAPÍTULO 4	21
ADOLESCENTES POSSUEM ESTRESSE NO MOMENTO DA ESCOLHA PROFISSIONAL?	
Thaís Cristina Gutstein Nazar Nathiera Caroline Fernandes Geisiane Gasparin Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.5462019034	
CAPÍTULO 5	29
APRENDIZAGEM BASEADA EM EQUIPES: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Miryan Cristina Buzetti	
DOI 10.22533/at.ed.5462019035	
CAPÍTULO 6	35
CIÊNCIAS HUMANAS NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DIDÁTICA ENVOLVENDO A TEMÁTICA DO RESPEITO E DA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL	
Renato Kendy Hidaka Genivaldo de Souza Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5462019036	

CAPÍTULO 7	45
COMPORTAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL CONTEMPORÂNEO DE JOVENS E ADOLESCENTES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Greyce Roberta de Souza	
Gustavo Roberto Martins	
Thais Aparecida de Castro Ramos Pollice	
DOI 10.22533/at.ed.5462019037	
CAPÍTULO 8	50
ESTUDO DO PERFIL MOTIVACIONAL PARA A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS, COM APLICAÇÃO DE METODOLOGIA ATIVA EM ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	
Renata Arantes dos Santos	
Jean-Jacques Georges Soares de Grootte	
Daniela Maria Lemos Barbato Jacobovitz	
DOI 10.22533/at.ed.5462019038	
CAPÍTULO 9	59
INTERVENÇÃO EDUCACIONAL SOBRE ABORTAMENTO NO BRASIL COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	
Bruna Mendes Ballen	
Bárbara Fernanda Marinho de Freitas	
Laura Cunha Hanitzsch	
Letícia Fiuza Canal	
Silvana Galvani Claudino-Kamazaki	
DOI 10.22533/at.ed.5462019039	
CAPÍTULO 10	66
O ATENDIMENTO EXTRACLASSE COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	
Cícero Batista dos Santos Lima	
Marco Antonio de Carvalho	
Reinaldo Araujo Gregoldo	
José Carlos Moreira de Souza	
Cinthia Maria Felicio	
DOI 10.22533/at.ed.54620190310	
CAPÍTULO 11	79
ORIENTAÇÃO ESPACIAL DE CRIANÇAS DE 11 ANOS PRATICANTES DE XADREZ	
Matheus Ramos da Cruz	
Ulhiana Maria Arruda Medeiros	
Pâmella Cristina Dias Xavier	
Telma Antunes Dantas Ferreira	
Katarina Pereira dos Reis	
Jomilto Luiz Praxedes dos Santos	
José Antonio Vianna	
DOI 10.22533/at.ed.54620190311	

CAPÍTULO 12 90

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E PRÁTICAS INTEGRADORAS NO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES DOCENTES

Elciane Arantes Peixoto Lunarti
Patrícia Arantes Peixoto Borges
Patrícia Garcia Souza Padovani
Cinthia Maria Felicio

DOI 10.22533/at.ed.54620190312

EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 13 102

APEGO: IMPORTANTE ELEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS

Nathália Ferraz Freitas
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.54620190313

CAPÍTULO 14 108

CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS PARA A BRINCADEIRA DE PAPÉIS NA INFÂNCIA

Bruna Ribeiro de Oliveira Mendes
Paula Ramos de Oliveira
Denis Domeneghetti Badia

DOI 10.22533/at.ed.54620190314

CAPÍTULO 15 116

O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CORPO

Aldileia da Silva Souza
Eduardo de Freitas Bezerra
Denise Soares Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.54620190315

CAPÍTULO 16 131

UM ESTUDO PILOTO SOBRE PERSPECTIVAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Keli dos Santos Guadagnino
Jáima Pinheiro de Oliveira
Mariana Magni Bueno Honjoya

DOI 10.22533/at.ed.54620190316

CAPÍTULO 17 139

UM OLHAR SENSÍVEL PARA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENAS

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Daniela Gomes Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.54620190317

CAPÍTULO 18 149

A PESQUISA NO/DO COTIDIANO ESCOLAR: OUVINDO AS VOZES DAS CRIANÇAS

Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria

Renata Silva Lima

Myrtes Dias da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.54620190318

GÊNERO E RACISMO

CAPÍTULO 19 157

E O PASSADO É UMA ROUPA QUE NÃO NOS SERVE MAIS: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A HETEROIDENTIFICAÇÃO FENOTÍPICA EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Eric Rodrigues de Lima

Cristiane da Silveira

Laudicéia Fagundes Teixeira

Paulo Alberto dos Santos Vieira

Simone Ferreira Soares dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.54620190319

CAPÍTULO 20 179

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PRÉ-NATAL DO PARCEIRO: REFLEXÕES SOBRE PATERNIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Railene Pires Evangelista

Marília Emanuela Ferreira de Jesus

Georgiane Silva Mota

Daine Ferreira Brazil do Nascimento

Diana Santos Sanchez

DOI 10.22533/at.ed.54620190320

CAPÍTULO 21 188

PERSPECTIVAS DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O DEBATE NO ÂMBITO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE (ETEHL/FAETEC-RJ)

Andrea Peres Lima

Marcelo Farias Lorangeira

DOI 10.22533/at.ed.54620190321

CAPÍTULO 22 203

RELATO DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA SOBRE IDENTIDADE E RACISMO

Rodrigo Leonardo Offerni

Thaís Cavalcanti dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.54620190322

SOBRE O ORGANIZADOR..... 217

ÍNDICE REMISSIVO 218

PERSPECTIVAS DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O DEBATE NO ÂMBITO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL HENRIQUE LAGE (ETEHL/FAETEC-RJ)

Data de aceite: 11/03/2020

Andrea Peres Lima

Especialista em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Graduada em Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Língua Inglesa da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (FAETEC-RJ).

Marcelo Farias Larangeira

Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD – UFF). Faculdade de Direito – Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD-UFF). Professor de Direito Civil e Empresarial do Curso de Graduação em Direito – Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) – Campus de São Gonçalo/RJ.

RESUMO: As políticas educacionais sobre gênero obtiveram mudanças significativas para consolidar direitos nos últimos doze anos, no entanto, em junho de 2014, discursos contrários a essas políticas na esfera da educação pública culminaram em uma intensa polêmica no cenário político brasileiro. Discursos da bancada conservadora alegavam que ao introduzir ‘ideologia de gênero nas escolas’ os conceitos de homem, mulher e família seriam deturpados

e que assim caberia que o tema fosse discutido em seus lares com suas famílias. Nessa perspectiva, esse trabalho objetiva analisar se essa polêmica resultou na falta de legitimidade em se tratar a matéria nas escolas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Política Educacional; Polêmica; Análise do Discurso.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu num momento em que as discussões acerca do debate sobre gênero em sala de aula faziam parte não somente dos discursos midiáticos televisivos, mas se tornaram também, entre os estudantes da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETHEL), discussões calorosas que ecoavam pelos corredores e pátio dessa instituição. Nesse solo fértil de intensas discussões e de uma demanda por parte do próprio material didático adotado pela referida escola falar sobre esse tema tornou-se um momento de tamanho conflito em sala de aula.

Ora pois, havia aqueles definitivamente contra o debate e que clamavam que logo assim que o projeto Escola Sem Partido entrasse em vigor, eles poderiam fazer algo para evitá-lo. Pesquisar auxilia na observação do mundo e como consequência um “novo”

olhar sobre ele é propiciado. Dentro dessa perspectiva, é que embrionariamente brotou a necessidade de investigar o quão influenciados esses enunciados proferidos foram pelos discursos midiáticos e se efetivamente houve essa influência de quais instituições eles provêm. Outra reflexão que emerge é se essa ‘polêmica’ do debate de gênero na escola retira a legitimidade do professor ao tratar desse assunto, vez que na legislação atual brasileira existem normas cujo teor permite tal abordagem didática.

Assim, foi realizada a coleta de dados entre os alunos, através de questionários abertos e fechados, com o objetivo de perceber a visão que os entrevistados possuíam acerca do tema em questão. E, por conseguinte, estas informações poderem ser analisadas a partir da ótica da Análise do Discurso. E desta maneira, a partir das formações discursivas que integram esse campo discursivo dos questionários, estabelecer um universo discursivo, onde seja possível delinear e apontar os motivos que tornam tão polêmico a referida discussão em sala de aula. Também foram utilizados casos concretos provenientes de jornais e notícias que tramitam na rede mundial de computadores. Esses casos abordam conflitos que foram suscitados a partir dessa ‘polêmica’ da discussão de gênero na escola. Esses casos exemplificam as demandas que timidamente começam a chegar ao Poder Judiciário para que este defina o que não ficou claro com a mudança no Plano Nacional de Ensino. Tal análise é de grande relevância para a construção de um possível paradigma na esfera do poder judiciário futuramente, todavia insta enfatizar, que esses posicionamentos que advirão dos julgamentos dessas demandas contribuirão, entretanto, não de forma ideal, tendo em vista a construção do conhecimento quando construído intersubjetivamente, logo que não pode deixar de ser considerado no decorrer desse trabalho. Nesse diapasão, através da análise do discurso aplicada aos questionários abertos um novo questionamento foi trazido à baila: se a retirada do termo ‘gênero’ gera aniquilação de direitos sob o ponto de vista de Juergen Habermas, cujas reflexões corroboram para a pluralidade de direitos no Estado Democrático Brasileiro.

2 | A QUESTÃO DO DEBATE DE GÊNERO NO CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL

Esse polêmico paradigma, que a sociedade escolar está enfrentando, diante do contexto político vivido, traz indagações que não podem ser ocultadas. Isso porque conflitos de natureza ideológica cultural, política, racial e de gênero não deixarão de acontecer nos corredores, nas salas de aula e nos espaços de entretenimento da Escola Técnica Estadual Henrique Lage (ETEHL), situada em Niterói, pertencente à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), somente porque foram retiradas das diretrizes e metas educacionais.

Na turma de 3º ano do ensino médio (EM) do curso técnico de edificações, onde essa pesquisa foi viabilizada, foi possível analisar e observar o quão importante e polêmico o tema de gênero é na vida político-social escolar. No entanto, nesse ambiente o tema de gênero não é só algo para a discussão, mas também uma realidade vivida por seus integrantes cotidianamente. Nessa turma, a diversidade religiosa, política, cultural e de gênero é bastante acentuada, visto que esse curso é oferecido apenas pela rede FAETEC nesse campus específico, e assim atraindo alunos fora dos limites do município de Niterói, o que torna o rol de alunos matriculados consideravelmente diversificado do ponto de vista político, cultural, socioeconômico e religioso. Essa questão polêmica tem sido o enfoque de calorosos conflitos no âmbito estadual e municipal desde junho de 2014, quando parlamentares retiraram o termo ‘gênero’ da proposta de reforma do Plano Nacional de Educação (PNE) que tramitava no Congresso Nacional para estabelecer diretrizes e metas na educação no período de vigência entre 2014 e 2024.

Nesse contexto, alegava-se que ao introduzir ‘a ideologia de gênero nas escolas’, os conceitos de homem, mulher e da família tradicional seriam deturpados. Desta maneira, o termo gênero foi retirado do PNE e transformou a erradicação da desigualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual dentro do contexto escolar em um objetivo genérico de erradicação de todas as formas de discriminação. A contrário senso, no final de 2014, parlamentares favoráveis à inclusão de gênero no PNE trouxeram à tona essa discussão na Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual contou com a participação de 3,9 mil cidadãos incluindo: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração de educadores de diversas esferas.

O documento resultante dessa conferência traz em seu seio a proposta de uma política educacional pública popular, laica e com qualidade social, que colabore para banir diversas formas de preconceitos incluindo os de gênero. Apesar dessa tentativa, a supressão do vocábulo prosperou suscitando a possibilidade de os entes federativos incluírem em suas metas e diretrizes políticas de combate à discriminação de gênero de forma livre. Cedendo à pressão de diversos setores conservadores, relevante número de câmaras municipais e assembleias legislativas vetaram a inclusão do tema nas metas.

Essa ‘polêmica’ fez parte dos encontros matutinos, nos quais o debate sobre o tema sempre transformava a sala de aula em uma arena. Este grupo de alunos, que estava prestes a concluir o ensino médio era composto de alunos bastante atentos às notícias políticas. Importante mencionar que alguns eram muito ligados a aspectos religiosos, enquanto outros eram desprovidos de valores religiosos tão consistentes. Uns se mostravam liberais e defendiam a ideia de um estado mínimo, enquanto

outros pareciam influenciados por discursos de esquerda. Vale ressaltar, que todos se mostravam interessados em opinar acerca do assunto. Com a aplicação dos referidos questionários para coleta de opinião da comunidade discente do campus da ETHEL chegou-se as determinantes abaixo:

Formações Discursivas	Favoráveis	Desfavoráveis	Não opinaram
“Eu acho que este tipo de discussão só deve acontecer em casa”	12	9	4
“A discussão de gênero na escola é importante para que promova o fim do preconceito”	18	7	-
“A discussão sobre gênero pode influenciar na opção sexual”	9	13	3

TABELA 1: Formações discursivas observadas.

Convém mencionar que, ao serem indagados a respeito do conceito de gênero nenhum entrevistado reuniu o conceito tradicional (homem e mulher) e social / psicológico (o que diferencia socialmente as pessoas) em uma só resposta.

Respostas	Alunos
“Aquilo que diferencia homem de mulher, gênero masculino de feminino”	10
“Identificação sexual” ou relacionado à sexualidade	5
Não souberam ou não quiseram responder	8
Conceito relacionado à biologia	1
Relacionaram a um grupo social	1
“Mencionaram que esse conceito é algo construído pela sociedade”	0

TABELA 2: Respostas observadas X universo entrevistado.

Dos 10 alunos que responderam que gênero é aquilo que diferencia homem de mulher, gênero feminino de masculino também incluíram no conceito o vocábulo:

Raça	2
Homossexual	2

TABELA 3: O número de incidências observadas: Palavras “raça” e “homossexual” nas respostas dos entrevistados.

Diante do exposto, é possível deduzir que o conceito de gênero nessa turma de adolescentes entre 16 e 18 anos - que está prestes a ingressar em uma universidade - ou não foi exposto de forma apropriada ou se foi, os entrevistados não concordam com as nuances que diferem do conceito tradicional. É relevante aludir que um pequeno número de alunos incluiu ao conceito de gênero à questão racial, o que pode denotar a falta de informação a respeito do tema.

3 | AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

A pesquisa desenvolvida teve como escopo apontar, a partir de uma prática discursiva, as formações favorável e desfavorável ao debate de gênero na ETEHL. Para isso, os estudos da Análise do Discurso foram abordados com o intuito de identificar com quais simulacros as respectivas formações discursivas dialogam quando em relação consigo mesmas e em oposição. Conforme o disposto, utilizou-se o conceito da Análise do Discurso que ultrapassa a pura e simples análise do texto e entenderemos por discurso “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”¹. Os enunciados, dentro da ótica do dialogismo de Bakhtin, constroem-se através das relações intersubjetivas e também subjetivas. Os enunciadores são substituídos por diferentes vozes que fazem deles sujeitos históricos e ideológicos.²

Para D. Maingueneau (2008), essa relação de intersubjetividade e subjetividade é inscrita numa relação fortemente entrelaçada, a qual ele chama de o ‘Mesmo’ do discurso e seu ‘Outro’. Sua hipótese floresce na concepção da heterogeneidade constitutiva, que é aquela, que, diferentemente da heterogeneidade mostrada, não deixa marcas identificáveis visualmente. São enunciados que estão tão entranhados ao texto que não podem ser compreendidos por uma abordagem linguística ‘stricto sensu’ e para essa tarefa o linguista francês propõe a hipótese do ‘Primado do Interdiscurso’³.

Nesse sentido, interdiscurso é definido como uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, na qual cada um deles está inserido no outro respectivamente. O universo discursivo é o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que se relacionam dentro da ótica enunciativa. Campo discursivo é a zona de concorrência entre os enunciados, nela estão inseridos tanto os discursos que se confrontam, quanto aqueles que formam uma aliança. Dentro do campo discursivo, espaços discursivos devem ser delimitados, ou seja, formações discursivas que são relevantes para destacar hipóteses fundadas sobre um conhecimento textual e um

1 MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese do Discurso**. 2008. p. 15

2 FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística**. 2002 p. 50.

3 Ibidem 1. p.31

saber histórico, que serão confirmadas conforme a progressão da pesquisa. Assim sendo, ao tomarmos como exemplo, as formações discursivas citadas anteriormente nos questionários, será possível notar a oposição entre elas. Seus enunciados dialogam entre si apresentando razões para o ponto de vista que acreditam estarem presentes no 'Outro' dos seus enunciados antagônicos.

Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são compreendidos no interior do fechamento semântico do intérprete para; construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói⁴

Através de uma análise bem rasa, é possível vislumbrar a oposição entre a formação discursiva desfavorável (**F1**), cujos enunciados se opõem àqueles que defendem que se discutida na escola a questão de gênero poderá ajudar no combate desse preconceito (**F2**). Nesse sentido, em F1 o sema 'família' é positivo. Dentro da perspectiva interdiscursiva, este se coloca em oposição com os supostos semas negativos resultantes dos enunciados de seu 'Outro'. Vez que supostamente são a favor da homossexualidade e assim contrários aos bons costumes da família tradicional brasileira.

Vale ressaltar que os enunciados de F1 desconsideram qualquer outro conceito de família diferente do modelo 'tradicional': pai, mãe e filhos. Hodiernamente devido à mudança nos valores em nossa sociedade, tornou-se importante uma definição mais ampla para o significado de família. Por isso, a suprema corte brasileira consagrou interpretação consolidada em referência ao dispositivo constitucional do artigo 226, que traz a família como base da sociedade e concebe especial proteção a família como um núcleo doméstico, o qual não se importa se constituída formal ou informalmente, ou se constituída por casais heteroafetivos ou pares homoafetivos.

A partir do texto constitucional, é possível inferir que os enunciados oriundos de **F1** possivelmente são influenciados por discursos religiosos. Estes traduzem os enunciados de **F2** negativamente como se o tema gênero estivesse somente ligado à questão da homossexualidade – assunto condenado pelas instituições religiosas brasileiras. Contraditoriamente, os enunciados de **F2** direcionam seu enfoque para a questão da mulher na sociedade. Nesta atividade dialógica interdiscursiva com seu 'Outro', os enunciadore de **F2** precisam demonstrar e encontrar uma seara argumentativa antagônica aos enunciados de **F1**. Nesse sentido, trazem à tona a questão do preconceito contra a mulher. Fato este, que não pode ser contestado, visto que graças à luta dos movimentos feministas, a mulher tem a cada dia conseguido galgar degraus em uma sociedade tão patriarcal quanto a nossa.

4 | O FENÔMENO DA INTERINCOMPREENSÃO DA POLÊMICA

Nesse campo discursivo onde os enunciados forma produzidos por sujeitos que trazem experiências marcadas por um conteúdo histórico e ideológico foi possível determinar um espaço de regularidades enunciativas que se mantém sempre dentro do mesmo campo semântico. Além disso, cabe ressaltar que o debate embora regrado sempre caminhava para âmbito do convencimento do outro e nunca para uma troca de saberes onde o crescimento consciente e um exercício com o fim de esclarecimento e emancipação fossem estabelecidos.

Percebe-se, também, que dentro de uma perspectiva linguística a ser exposta no seio do presente artigo, existe uma dissonância no pensamento dos entrevistados, haja vista os enunciadores ora se colocam contra a abordagem do tema na escola, ora parecem concordar. Neste diapasão, levantam-se indagações acerca dessa heterogeneidade enunciativa presente no interdiscurso dos entrevistados, que leva à análise de duas formações discursivas divergentes que integram os enunciados referentes aos discursos presentes na polêmica da questão de gênero.

Assim sendo, através dessa interpelação de simulacros conciliáveis e contraditórios, uma faceta do fenômeno da polêmica foi evidenciada: Como poderia uma pessoa ao mesmo tempo se colocar contra o debate de gênero na escola, e achar que esse debate na escola pode ser uma forma de diminuir o preconceito em nossa sociedade? Assim, é curioso ressaltar que a maioria dos entrevistados acredita que a discussão de gênero só deve acontecer em casa, mas também a maioria acredita que a discussão de gênero na escola seja importante para promover o fim do preconceito de gênero.

Por último, mas não menos importante, a maioria acredita que essa discussão sobre gênero não influencia na opção sexual. Neste cenário paradoxal, é que são suscitadas indagações sobre os discursos proferidos pelos entrevistados. Primeiramente, é incontestável que seus discursos são predominantemente parecidos aos discursos midiáticos televisivos, os quais não se colocavam efetivamente contra a questão da opção sexual, 'simplesmente' esses enunciados não deveriam ser expostos no âmbito público, mas no âmbito privado da família. Ocorre que ao analisá-los em sua materialidade, suas opiniões são controversas entre si, considerando-se as formações discursivas favoráveis e desfavoráveis na perspectiva do interdiscurso.

No nível em que situamos, a noção de polêmica' não coincide com o que habitualmente entendemos por isso (uma controvérsia violenta), que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas⁵

Ora pois, o fenômeno da polêmica gera uma dupla interincompreensão que

5 Ibidem 1. p.105

atravessa o espaço discursivo, no qual o discurso segundo se constitui contra o primeiro, assim a polêmica não advém do exterior, ela atinge uma extensão tal que não há mais valor informativo⁶. Ela “(...) se sustenta com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto”⁷ Assim, ao se analisar tais pressupostos, o conceito de *duplipensamento* presente na obra 1984 de George Orwell emerge a lógica da tentativa de analisar como enunciados tão divergentes podem conviver em harmonia ao expressar criticamente uma opinião sobre determinada polêmica.

O *duplipensar*, segundo o autor, no próprio romance, “(...) significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e acreditar em ambas”⁸. Esse processo precisa ser consciente, ou não seria conduzido com a necessária precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, de culpa, ao por exemplo, desconsiderar que as pessoas têm a liberdade de optar por sua escolha sexual e que de qualquer forma estariam corroborando para a disseminação de um pensamento preconceituoso.

Sob a égide do duplipensar, as pessoas não são capazes de tecer críticas àquilo que está sendo reproduzido pelo poder e é nessa ótica que esses protagonistas continuam a reproduzir discursos sem a “(...) coragem de fazer uso de seu entendimento”, não permitindo libertar-se via uso da razão que leva ao esclarecimento e ao abandono da “(...) menoridade, que é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”⁹. É notório que, na repercussão da polêmica da retirada do termo ‘gênero’ do PNE, existe uma ofensa a preceitos constitucionais que asseguram a liberdade de aprender e ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Outrossim, fere-se ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas que ainda não foram amplamente conquistados. É nessa marcha, ao abafar o diálogo de determinado assunto na esfera pública que a pluralidade no estado democrático de direito começa a ser ameaçada. Ademais, a ausência da permissão do debate específico da questão na escola, se direciona para a manipulação da realidade de nossa sociedade; mas graças ao exercício do duplipensamento, a sociedade também se convence de que o pluralismo e a liberdade não estão sendo violados, tão pouco não se está colaborando para práticas que coíbem condutas que vão de encontro a que a maioria julga ‘moral’.

Cultivou-se a ideia que o debate sob essa questão foi promovido suficientemente através da veiculação da informação midiática manipulada de instituições com interesses conservadores. E as pessoas, que só analisaram a polêmica sob a perspectiva construída pelos poderosos, acreditam que detêm conhecimento

6 Ibidem 1. p.107.

7 Ibidem 1. p.111

8 Orwell, George. 1984. p.188

9 HANSEN, Gilvan Luiz. *Modernidade, Utopia e Trabalho*. 1999 p. 73

necessário para construir uma visão emancipada sob determinado assunto. No entanto, em “(...) nossa sociedade, aqueles que estão mais informados sobre o que ocorre são também os que estão mais longe de ver o mundo como ele é.”¹⁰

5 | ANÁLISE DO INTERDISCURSO DO SEMA *FAMÍLIA* NAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Através do mencionado acima, torna-se evidente que nesse exercício interdiscursivo, outros argumentos vão se estabelecendo e consubstanciando. Atinge-se um ponto em que não há mais convergência entre eles, e assim determinados discursos são impostos à sociedade. Desde o século XVI se discute o problema do governo das almas e das condutas, do governo das crianças e da problemática central da pedagogia. Governar um Estado significa, entre outros aspectos, ter em relação aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família¹¹.

Dentro de uma sociedade existem muitos governos: o do pai de família, o do superior do convento, o do pedagogo e o do professor em relação à criança e ao discípulo¹². Todos esses governos integram o âmbito do governo central, cada um desenvolvendo funções específicas sob o controle de um governante escolhido democraticamente pelo sufrágio universal. Interessante notar, que hodiernamente o discurso que predomina é o da discussão do tema de gênero no interior das famílias, e não mais no âmbito escolar. Desta forma, a pergunta que vem à tona é que forças estão por trás desses preceitos jurídicos que vêm timidamente através de estruturas da linguagem dando forma à ordem das coisas¹³. Talvez ainda seja prematuro afirmar que serão desastrosos os resultados a partir do ponto de vista educacional da construção do pensamento livre e da pluralidade de ideias, pois o cenário político que o Brasil enfrenta ainda se encontra caótico e a efetiva ordem estabelecida com a mudança das diretrizes e metas educacionais ainda não se estabeleceu de forma plena nas instituições educacionais.

O sema *Família* foi comum em uma série de manifestações públicas ocorridas naquele período. Em nome da ordem e da família um regime totalitário foi legitimamente instituído naquele momento de divergência ideológica no cenário político brasileiro. O núcleo familiar é onde o poder é menos visível, vez que, quando se pensa em família se pensa em relações afetivas e não em relações de poder. Assim sendo, é nessa instituição em que é menor a possibilidade de perceber esse controle, pois é

10 Ibidem2.p.188

11 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 1998. p.279

12 Ibidem 19.p.277.

13 FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. 2013, p.81

onde ele se deixa ver menos “onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido o poder simbólico é com efeito esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”¹⁴

Esses sistemas simbólicos se fazem possíveis no campo discursivo como instrumentos de conhecimento e comunicação, pois fazem parte de um poder estruturante que é estruturado nos integrantes de uma sociedade. O desmantelamento de um sistema educacional é uma das formas mais cruéis do exercício desse poder simbólico, que é um poder de construção da realidade a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.¹⁵ Essas modificações legislativas não são acidentais e não resultam da mera hipocrisia, é um resultado deliberado de um vasto sistema de logro mental, que tende a se perpetuar como uma estratégia de governo, até o dia em que nós enquanto sociedade entendamos a necessidade do debate democrático de determinadas questões, tais como o debate de gênero, e a instituição de políticas que possibilitem o consenso entre as diferenças e não a tolerância, o respeito e a aceitação, vocábulos que se originam de um discurso religioso, entretanto que não corroboram para o bem viver e o sentimento de justiça social tão almejados.

6 | EFEITO E PERSPECTIVA DA POLÊMICA: (I)LEGITIMIDADE EM SE TRATAR DO TEMA

É factível que esse momento na política brasileira é um momento de ruptura, especialmente, nos enunciados discursivos que tramitavam no espaço público antes dos acontecimentos de junho de 2014. Habermas (1980) afirma que as ocorrências de crises surgem de problemas não resolvidos e quando a estrutura de um sistema social não proporciona possibilidade para resolvê-los. Nesse sentido é que as crises são vistas como distúrbios persistentes, pois na maior parte das vezes não são produzidas através de mudanças acidentais, mas através de imperativos sistêmicos.¹⁶

Nessa perspectiva, é que emergiram os discursos que colocam em cheque a legitimidade de se tratar a questão de gênero em escolas da rede pública, vez que apesar de não serem proibidos por lei, criou-se um mal-estar através dessa polêmica que não mais encontra enunciados convergentes que produzam um consenso de como se tratar o tema. Visto que, a esfera político-administrativa não poderia revogar o combate ao preconceito de gênero, pois esse é um fenômeno relacionado com lutas pelo reconhecimento de identidades coletivas, que visam à

14 BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 1989. p.7.

15 Ibidem 23.p.9

16 HABERMAS, Juergen. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. 1980 p. 13

proteção contra a opressão, a marginalização e o desrespeito a grupos minoritários. Então estrategicamente se promove a validade de discursos conservadores em questões de comportamento através do reconhecimento de discursos de dominação e justificação ideológica¹⁷. Intrigante observar, que no CONAE¹⁸ – durante o período de debate - conforme explicitado acima, a questão de gênero não foi desconsiderada. Ao contrário, o documento é bem específico a respeito da erradicação do preconceito de gênero, seu texto traz os semas ‘machismo’, ‘homofobia’, ‘lesbofobia’, ‘transfobia’, ‘sexismo’ entre outros. Essa preocupação em dar ênfase através da tipificação dos preconceitos, se dá em razão que os membros que ratificaram a importância de tais metas eram em números bastante expressivos de educadores, houve, também participação de educandos. Portanto, conclui-se através de lentes mais espessas que é necessário ir além de simplesmente combater o preconceito de gênero, é necessário conhecer quais são para que assim propostas educacionais eficazes sejam elaboradas. Nesse diapasão, é que se pode firmar que apesar do CONAE ser uma instituição que visa o debate civil educacional, seu parecer foi excluído da decisão do poder legislativo no que concerne a égide do debate. A contrário senso do esperado o espaço público, que deveria ser usado para que o debate democrático pudesse se desenvolver criticamente e caminhar rumo ao esclarecimento, a retirada do termo ‘gênero’ dos PNEs foi feito às pressas e sem considerar a manifestação de convicções de um grupo legítimo para tratar do tema. Além disso não houve possibilidade de argumentação e busca de alternativas de superação de problemas que afligem há muito à sociedade¹⁹.

O que nos leva a apreender é que sob a perspectiva comunicativa habermasiana essa questão ainda não foi exaurida e é por isso que muito ainda ecoa nos âmbitos das câmaras municipais, tais como leis julgadas inconstitucionais por proibirem tratar da questão²⁰, municípios que tentam legitimar a questão em sala de aula²¹. Essa repercussão se deve à noção de movimento dialético hegeliano presente no pensamento de Habermas, que possibilita o questionamento de uma série de enunciados, mesmo que esses sejam tidos como verdadeiros em um determinado tempo cronológico, eles podem se mostrar falsos posteriormente ante a um novo enunciado.

Isso porque esses enunciados baseados numa razão instrumental não produzem ainda a verdade já que foram produzidos no mundo da vida colonizado. A verdade

17 Ibidem 16. p. 17

18 CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação**: documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013].

19 Ibidem 9. p.74

20 Disponível no jornal o globo: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-do-parana-21491015>> acesso em 27/07/2017.

21 Disponível no jornal o globo: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vereadora-quer-derrubar-emenda-que-proibe-discussao-de-genero-em-escolas-de-niteroi-20772979>> acesso em 27/07/2017.

produzida pelos enunciados proferidos pelo poder, que se localiza no sistema político sob a perspectiva estatal, embora se torne aparente ao nível de tradição cultural e disseminada como mudança estrutural no sistema de educação das crianças²², aos poucos é possível que ela seja desmantelada conforme o despertar de um progresso qualitativo no nível de consciência. Assim sendo, afirmar que a retirada do termo ‘Gênero’ leva à aniquilação de direitos é deveras prematuro, porém é inegável que o efeito do fenômeno da polêmica exclui a possibilidade de um debate que poderia corroborar para solidificar os pilares do pluralismo no estado democrático brasileiro.

7 | CONCLUSÃO

Mesmo que a investigação em tela se encontre em ainda em curso, é possível se estabelecer uma breve moldura dos debates que envolvam este marcador social a partir dos resultados obtidos nesta aferição. Buscou-se mapear através da pesquisa de campo realizada na ETEHL segundo o recorte inicialmente proposto, as aporias que se manifestam no interior do discurso, suas contradições e confluências em relação a uma grade ou moldura cognitiva simbolicamente estruturadas *a priori*, de acordo com as respectivas narrativas biográficas de cada sujeito.

Sob o mesmo ponto de vista, as contribuições ofertadas por D. Maingueneau nos revela, de certa maneira, uma categoria de *topos*; ou como já afirmou P. Bourdieu alhures, um campo simbólico onde as subjetividades se esforçam a manter-se anelados aos dogmas que são próprios da codificação judaico-cristã, entretanto, apresentam, ao mesmo tempo, rupturas discursivas em relação ao mesmo sistema de crenças e latentes aos mesmos sujeitos quando os enunciados são postos vis-à-vis.

Os questionários aplicados em sala de aula, considerado aqui o universo investigado, também revelaram que as formações discursivas que permeiam os discursos midiáticos televisivos, tanto daqueles favoráveis quanto a dos desfavoráveis à discussão de gênero, são bem parecidas a dos entrevistados. Isso reforça a reflexão de que se faz relevante desenvolver no âmbito da formação escolar o princípio da competência discursiva, o qual “(...) permite identificar essa articulação discursiva e a capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele decorram”²³. Esse é outro ponto significativo que não pode deixar de ser abordado na hipótese interdiscursiva.

Ela faz alusão à imbricação tamanha, que existe entre o mundo, o discurso e a instituição, ela se dá de tal maneira que eles se fundem em uma mesma enunciação. Interessante notar que essa lógica institucional pode ser percebida

22 Ibidem 16. p. 66

23 Ibidem 1. p. 52

com uma nitidez semântica notável. Nos questionários aplicados, por exemplo, houve expressões nítidas da presença de instituições religiosas. Ao responder à questão sobre a discussão de gênero na escola, um dos entrevistados respondeu que *“era algo errado, e justificado pelo fato da bíblia dizer que homossexualismo é errado, porém, assim mesmo deveria acontecer o debate”*. Além disso, a pesquisa empírica também apontou a formação de um possível campo discursivo onde as pretensões de validade de cada ator observado adquirem uma determinada forma, e não obstante, são confrontadas por outros atores sociais ou e até mesmo falseadas de acordo com os certos símbolos. Em outras palavras, os discursos que superpõem são aqueles que pertencem aos sujeitos que compartilham concepções sociais em comum, caracterizando uma espécie de *interferência construtiva* nos discursos, e a *contrario sensu*, discursos divergentes tende a se anular, a saber, ensejando em um fenômeno antissimétrico ao primeiro.

Outro ponto observado na pesquisa é o esforço de certas agências ligadas a movimentos que se autodenominam “conservadores” como a “Escola sem Partido” tendem a esvaziar a legitimidade discursiva do docente causada pela polêmica da questão do debate de gênero, inclusive, a judicialização do debate cada vez mais adquire maior corpo e forma e tende a ser mais acirrada, pois o conservadorismo que integra o interdiscurso das formações discursivas analisadas se fortalece e começa a ganhar *‘(...) notoriedade; recrutando simpatizantes capilarizados em diferentes camadas sociais*²⁴ que alegam que as questões relacionadas a gênero rompem com os valores predominantemente cristãos na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, uma outra reflexão que se depreende é que tais ações políticas colocam em tensão a liberdade de expressão e o livre trânsito dos saberes nos espaços escolares, e além disso podem *‘abrir um caminho na direção de um modelo totalitário de controle das discussões*²⁵, na qual o estado extrapola sua função de governar, interferindo-se, deste modo, na vida privada do cidadão e na construção de uma autonomia de pensamento. Estas agências trazem à existência sob o viés discursivo argumentos *cientificamente* respaldados, e propõem que o processo de construção da ideia de gênero esteja adstrito exclusivamente ao sexo cujas características são biologicamente imutáveis a fim de se constituir uma certa essência cujos os sentidos e os significados sejam atribuídas de acordo com os dogmas do cristianismo e do senso comum. Ademais ainda é possível inferir através desta pesquisa, que essa dicotomia comportamental de gênero não é só um produto cultural, mas também um produto de discursos científicos que exprime determinados interesses políticos e sociais.

____ Tal regra comportamental pode ser encarada como fruto de um processo

24 LARANGEIRA, Marcelo Farias. **O Estado de Exceção como Limite da Liberdade Comunicativa nas Políticas Educacionais**. In: Anais do 11º Colóquio Habermas e 2º Colóquio de Filosofia da Informação. 2016 p.415

25 Ibidem 24. p. 421

histórico marcado pelo poder, no qual a política estatal cristaliza o controle político sobre o corpo tendo como instrumento o saber científico²⁶. É nesse contexto da intercompreensão da polêmica, que o termo ideologia de gênero surge. Na tentativa de determinados grupos, especialmente o Movimento “Escola Sem Partido”, disseminarem a falsa ideia que o debate de gênero na escola é uma forma de induzir à formação de sujeitos da diversidade sexual e de gênero. Ora pois, é como se a existência do conceito de gênero criasse na humanidade pessoas homossexuais, travestis, lésbicas, transgêneros, transexuais ou bissexuais, por exemplo.

Seria possível inferir que o presente reuniu ‘*condições de possibilidades históricas*’ para que esse movimento conservador tomasse tamanha expressão em nossa sociedade? Seria muita pretensão analisar, nos últimos anos, o descontentamento com o governo federal associado à concentração de inúmeras críticas nos campos da economia, política e educação como um fator que favoreceu o surgimento e a união de forças conservadoras e tradicionais contra as políticas de igualdade, respeito aos direitos humanos e políticas afirmativas? Talvez essa seja uma questão que vá muito mais além da preocupação com a Educação. O que parece é que essa questão se torna com o passar do tempo muito mais complexa do que parece, mais ainda se essa análise for feita em consonância com a discussão dos distintos projetos de governo que vêm torneando a sociedade brasileira como solução sistêmica para uma dita crise econômica, que deixa amostra uma crise mais profunda que é a crise social que parece talhar as bases tão superficiais de um Estado Democrático de Direito que não teve tempo de se instaurar no âmbito da nação brasileira.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problema de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Col. Sujeito & História - 8ª Ed. 2015

CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação: documento** – referência [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013].

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2002

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HABERMAS, Juergen. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980

HANSEN, Gilvan Luiz. **Modernidade, Utopia e Trabalho**. Londrina: Eduel, 1999

26 BUTLER, Judith. **Problema de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 1990.

LARANGEIRA, Marcelo Farias. **O Estado de Exceção como Limite da Liberdade Comunicativa nas Políticas Educacionais**. In: Anais do 11º Colóquio Habermas e 2º Colóquio de Filosofia da Informação, Rio de Janeiro: Salute, 2016.

MAINGUENEAU, D. **Gênese do Discurso**. 2ª edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIZ, Renata e BRÍGIDO, Carolina. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 19/06/2017 disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-do-parana-21491015> acesso em 27/07/2017 às 12:06.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TEIXEIRA, Fábio. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 16/01/2017 disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vereadora-quer-derrubar-emenda-que-proibe-discussao-de-genero-em-escolas-de-niteroi-20772979> acesso em 27/07/2017 às 12:09

TORRES, Aline. **UOL Educação**. Florianópolis, 31/03/2017 disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/03/31/professora-de-historia-antifeminista-processa-orientadora-por-perseguiacao.htm> acesso em 27/07/2017 às 12:13.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 59, 61, 62, 63, 65

Adolescência 6, 21, 22, 25, 39, 45, 46, 110, 186

Apego 102, 103, 104, 105, 106, 107

Aprendizagem 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 41, 46, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 87, 88, 89, 93, 109, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 128, 135, 142, 182, 204

Aprendizagem Baseada em Equipes 29, 30, 31, 33, 34

Atendimento extraclasse 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76

B

Bebê 61, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 135, 141, 144, 145, 147, 183, 184, 185

Bebeteca 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148

C

Ciências Sociais 34, 37, 42, 44, 108, 110, 112, 138, 148

Comportamento 3, 10, 11, 17, 45, 51, 57, 103, 104, 109, 112, 118, 119, 120, 198

Cotidiano escolar 13, 15, 16, 18, 19, 20, 45, 78, 149, 150, 152, 154, 155, 156, 203

Crianças 1, 3, 5, 9, 16, 34, 42, 61, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 182, 196, 199

Cultural 16, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 59, 60, 64, 91, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 127, 128, 148, 152, 153, 155, 157, 163, 167, 176, 189, 190, 199, 200, 203, 204, 210, 216

D

Deficiência 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 159, 167

Desempenho Motor 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88

Desenho 47, 116, 126, 154

Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 16, 22, 23, 27, 28, 33, 36, 38, 45, 47, 48, 49, 60, 61, 67, 78, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 97, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 125, 128, 129, 130, 137, 138, 143, 144, 162, 169, 170, 171, 172, 177, 179, 181, 182, 185, 186, 205, 210

E

Educação do corpo 116, 117, 127, 128, 129

Educação Estética 139, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 148

Educação Física Escolar 1, 3, 88

Educação Infantil 88, 109, 115, 116, 117, 121, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 148, 155

Educação Sexual 59, 60, 61, 65

Ensino Fundamental 1, 2, 3, 29, 31, 34, 50, 52, 53, 57, 88, 89, 203, 204

Ensino Médio 25, 35, 36, 37, 38, 41, 44, 46, 59, 62, 66, 67, 70, 74, 76, 77, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 159, 190, 210

Ensino médio integrado 77, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 101

Ensino Médio Técnico Integrado 66, 74

Epistemologia Qualitativa 149, 150, 151

Escola 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 29, 31, 37, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 75, 76, 79, 81, 82, 91, 95, 98, 99, 108, 109, 114, 115, 116, 118, 121, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 150, 153, 155, 188, 189, 193, 194, 195, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 215

Escolha Profissional 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Estímulos adequados 1, 2

Estresse 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 49, 105, 106

F

Família 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 22, 25, 26, 113, 126, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 194, 196

I

Inclusão 131, 132, 137, 138, 174, 181, 185, 190

J

Jogos de papéis 108, 112

L

Literatura Infantil 139

M

Motivação 13, 15, 17, 18, 19, 20, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 104

Música 116, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 207, 215, 216

O

Omnilaterallidade 90

Orientação espacial 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89

P

Periodização histórico 108, 110, 114, 115

Pesquisa no/do cotidiano escolar 149, 150, 152

Politecnia 90, 92, 95, 101

R

Relacionamento 7, 8, 11, 13, 18, 76, 118, 179, 183

Relato de Experiência 29, 31, 59, 179

Responsáveis 10, 13, 18, 19, 23, 52, 67, 83, 118, 166

S

Sentimentos 45, 48, 63, 145

Sociologia da Infância 149, 154

X

Xadrez 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

 **Atena**
Editora

2 0 2 0